



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE ARAÚJO



EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho

Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro



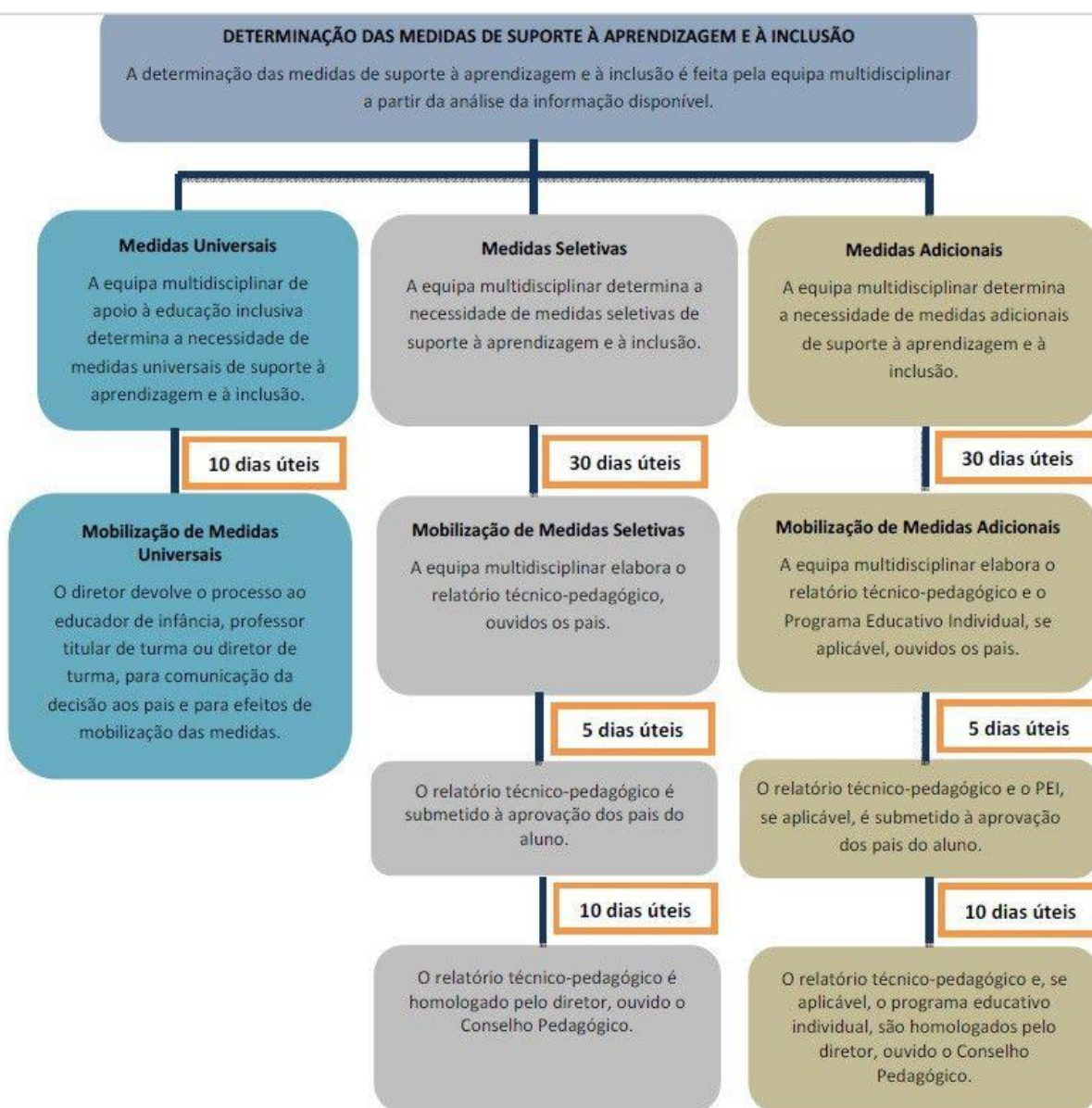
INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo esclarecer a comunidade educativa do Agrupamento de Escolas de Vieira de Araújo sobre a aplicação das medidas multinível, adaptações ao processo de avaliação ou mobilização de outros recursos de suporte à aprendizagem e inclusão e apoiar a ação dos docentes na sua mobilização.

Destina-se ainda a orientar o processo de identificação de alunos ao diretor para a necessidade de medidas e a prestar informações acerca dos procedimentos internos a adotar e os meios que os docentes, diretores de turma, coordenadores e equipa multidisciplinar irão prosseguir para a monitorização da implementação das medidas de suporte.

Ao longo do documento apresentam-se alguns exemplos práticos de estratégias a mobilizar para a operacionalização de medidas, apenas a título ilustrativo, e que poderão servir de ponto de partida para o desenho de outras ações pedagógicas. Este é um documento em aberto, sujeito a correções e atualizações.

PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS – ETAPAS



MEDIDAS MULTINÍVEL | O QUE SÃO E A QUEM SE DESTINAM?

Uma das principais características do atual diploma reside no pressuposto de que qualquer aluno pode, ao longo do seu percurso escolar, precisar de medidas de suporte à aprendizagem, seja de caráter permanente ou esporádico.

Ao diploma apresenta um conjunto de princípios e práticas para a operacionalização da escola inclusiva, nomeadamente a abordagem multinível e o desenho universal para a aprendizagem. A abordagem multinível é “entendida como um modelo compreensivo de ação, de âmbito educativo ao nível da escola, orienta-se para o sucesso de todos e de cada um dos alunos através de um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem.” (In Para uma Educação Inclusiva – Manual de apoio à prática, p.18)

Esta abordagem tem a designação de multinível devido ao modo como é realizada a organização das medidas de suporte à aprendizagem por níveis de intervenção.

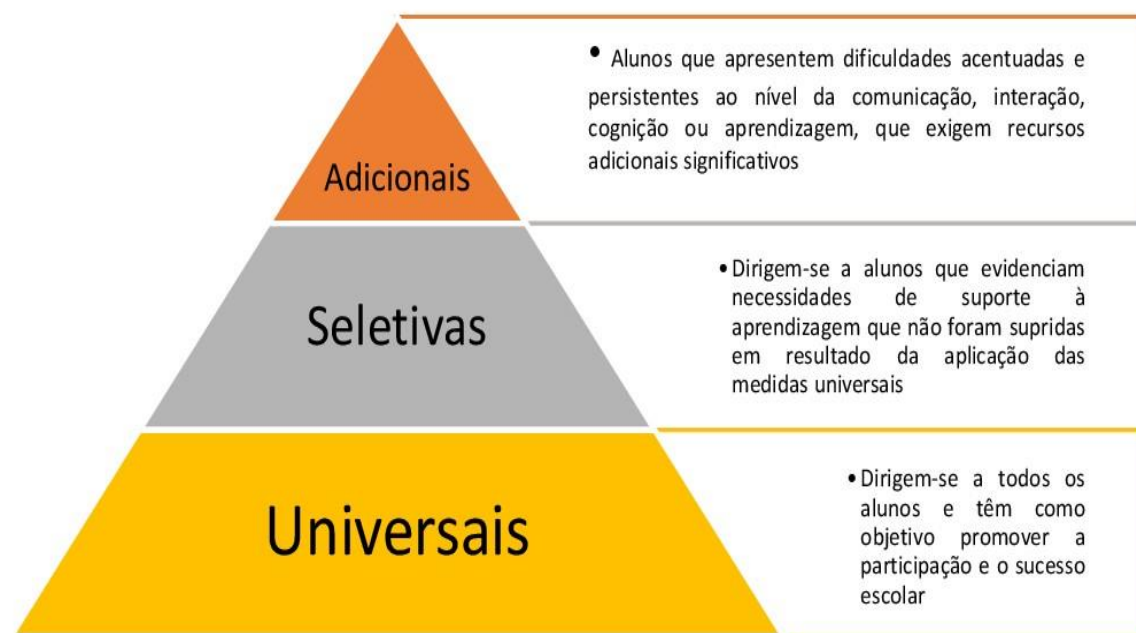
Uma das características deste modelo é a organização por níveis de intervenção. Estes níveis variam no tipo, na intensidade e frequência das intervenções e são determinados em função da resposta dos alunos.

Níveis de Intervenção

Nível 1 – Medidas universais

Nível 2 – Medidas seletivas

Nível 3 – Medidas adicionais



Fonte: Ministério da Educação - DGE



DISTINÇÃO ENTRE AC, ACNS, ACS

AC Acomodações Curriculares	ACNS Adaptações Curriculares Não Significativas	ACS Adaptações Curriculares Significativas
<p><u>Permitem acesso ao currículo</u> Visam fornecer respostas educativas para <u>todas/os as/os alunas/os</u>, incluindo os que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, para promover a participação e a melhoria das aprendizagens</p>	<p><u>Não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares</u> Visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais</p>	<p><u>Têm impacto nas aprendizagens previstas nos documentos curriculares</u> Visam colmatar <u>dificuldades acentuadas e persistentes</u> ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem</p>
----- (EI 2) -----	Elaboração de um Relatório Técnico Pedagógico (RTP)	Elaboração de um Programa Educativo Individual (PEI) que acompanha o RTP
<div style="display: flex; flex-wrap: wrap;"> <div style="width: 50%; padding: 5px;"> <p>1. Diversificação e combinação de vários métodos e estratégias de ensino</p> </div> <div style="width: 50%; padding: 5px;"> <p>2. Uso de diferentes instrumentos de avaliação</p> </div> <div style="width: 50%; padding: 5px;"> <p>3. Adaptação de materiais e recursos educativos</p> </div> <div style="width: 50%; padding: 5px;"> <p>4. Remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento</p> </div> </div>	<div style="display: flex; flex-wrap: wrap;"> <div style="width: 50%; padding: 5px;"> <p>1. Adaptações ao nível dos objetivos e conteúdos através da alteração na sua priorização ou sequenciação</p> </div> <div style="width: 50%; padding: 5px;"> <p>2. Introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais</p> </div> </div>	<div style="display: flex; flex-wrap: wrap;"> <div style="width: 50%; padding: 5px;"> <p>1. Introdução de Outras aprendizagens substitutivas</p> </div> <div style="width: 50%; padding: 5px;"> <p>2. Estabelecimento de objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver para potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal</p> </div> </div>
Medida universal	Medida seletiva	Medida adicional

(DECRETO-LEI Nº54/2018)

MEDIDAS UNIVERSAIS

Estas medidas referem-se a serviços ou práticas disponibilizados com o objetivo de promover a aprendizagem e o sucesso de **todos os alunos**. Não dependem da identificação específicas de intervenção, sendo medidas generalizadas a **todos os alunos**.

São as respostas que a escola mobiliza para **TODOS** os alunos, e não apenas para os que evidenciam maiores dificuldades, com o objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. É particularmente útil na operacionalização das medidas em sala de aula e devem ser mobilizadas numa lógica de corresponsabilização dos diferentes intervenientes.

Apesar de serem medidas de aplicação para **TODOS** os alunos, deve existir, porém, por parte do professor, uma particular atenção aos casos que apresentam **insucesso ou risco de uma futura retenção**, e para os quais é necessário mobilizar um maior número de estratégias.

A mobilização de medidas universais **não implica** a elaboração do Relatório Técnico-Pedagógico (RTP), pela equipa multidisciplinar.

A equipa multidisciplinar delibera – em 10 dias devolve ao diretor – este devolve ao docente titular/DT – comunicar ao EE – activadas as respostas na escola e turma.

1. DIFERENCIAÇÃO PEDAGÓGICA

- a) Estudo Independente
- b) Aulas diferenciadas
- c) Produtos diferenciados
- d) Ensino em pequenos grupos: trabalho de pares, de nível, heterogéneos)
- e) Grupos de pesquisa
- f) Contratos de aprendizagem
- g) Adaptação de objetivos

Exemplos: podem ser utilizados como meio de suporte à operacionalização de medidas a mobilizar, não se esgotando aqui.

- escolher textos de acordo com o nível de leitura dos alunos
- disponibilizar material suplementar
- fornecer referenciais ou ferramentas organizacionais
- encorajar a utilização dos números
- consolidar conceitos de base depois da avaliação diagnóstica
- propor a realização de uma mesma tarefa com diferentes materiais
- explorar a interdisciplinaridade das noções e dos conceitos
- estabelecer atividades de reinvestimento em centros de aprendizagem
- pôr questões que ajudem a desenvolver as capacidades superiores do pensamento
- favorecer as trocas de ideias e de opiniões
- variar o tempo determinado para cada tarefa (oportunidade de um apoio suplementar para os alunos com dificuldades, encorajar os alunos que desejem aprofundar um tema)
- permitir produções variadas com diversos níveis de complexidade
- dar ao aluno a possibilidade de mostrar a sua compreensão de diversas formas (ex: apresentação oral, debate, exposição)
- dar ao aluno a possibilidade de mostrar o que aprendeu por meio de suportes variados (ex: apresentação multimédia, esquemas no quadro)
- permitir produções em pares ou pequenos grupos e não só individuais
- utilizar modalidades de avaliação por gradação das competências
- trabalhar em equipa
- procurar espaços calmos ou propícios à colaboração
- definir com os alunos diferentes modalidades de trabalho (permitir que se mexam ou estejam calmos, de acordo com as situações e os alunos)

2. ACOMODAÇÕES CURRICULARES

Acomodações curriculares são as medidas que permitem o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno promovendo o sucesso educativo.

Os exemplos: podem ser utilizados como meio de suporte à operacionalização de medidas a mobilizar, não se esgotando aqui.

- a) Disponibilizar notas fotocopiadas (ou um guia de estudo) a alunos com dificuldades na coordenação oculo-manual, evitando que tenham de copiar do quadro.
- b) Utilizar organizadores gráficos.
- c) Organizar o espaço de sala de aula de forma a não conter estímulos que possam ser distrativos para os alunos.
- d) Apresentar sugestões para a gestão do tempo, por exemplo, através da colocação de post-its na mesa.
- e) Usar materiais visuais e concretos nas aulas.
- f) Usar produtos de apoio quando necessário.
- g) Dar instruções claras aos alunos, uma de cada vez, não sobrecarregando os alunos com muitas informações ao mesmo tempo.
- h) Colocar na sala de aula pistas visuais que induzam a comportamentos apropriados.
- i) Disponibilizar tempo extra para o processamento de informação.
- j) Utilizar um tamanho de letra superior sempre que adequado.
- k) Disponibilizar suportes auditivos para limitar a quantidade de texto que o aluno deve ler.
- l) Manter a proximidade ao aluno.
- m) Colocar “lembretes” na mesa do aluno, como por exemplo, listas de vocabulário, alfabeto, ...
- n) Proporcionar o uso de espaços alternativos para trabalhar tarefas específicas.
- o) Dar *feedback* contínuo.
- p) Prestar atenção à iluminação do espaço da sala de aula.
- q) Permitir que o aluno dê respostas orais em vez de utilizar a escrita para demonstrar a compreensão de conceitos.
- r) Permitir que o aluno disponha de mais tempo na concretização das tarefas.
- s) Usar frequentemente questionários curto.
- t) Permitir pausas.
- u) Ensinar métodos de estudo.
- v) Reconhecer o esforço.

As acomodações podem ser ao nível:

- a) Ambiental
- b) Organizacional
- c) Motivacional
- d) Apresentação
- e) Avaliação

3. ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

O currículo pode ser enriquecido com atividades de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação. Ao disporem destas oportunidades na escola, os alunos podem enriquecer o currículo e as aprendizagens, sendo, por vezes ainda, um elemento motivador e de promoção da integração na escola, do bem-estar e de comportamentos pró-sociais.

Exemplos:

- AEC (1º ciclo)
- Clubes
- Desporto escolar
- Outras iniciativas da escola que complementem o currículo

4. A PROMOÇÃO DO COMPORTAMENTO PRO-SOCIAL EM CONTEXTO EDUCATIVO DENTRO E FORA DA SALA DE AULA

As ações de promoção do comportamento pró-social remetem para o importante papel da escola e do professor como promotor de comportamentos assertivos, em detrimento de passivos ou agressivos, na prevenção de comportamentos inapropriados e na regulação de atitudes agressivas ou anti-sociais e de violação das normas.

Conforme inscrito no Perfil do Aluno, trata-se de auxiliar os alunos a adequar comportamentos em contextos de cooperação, partilha, colaboração e competição; trabalhar em equipa; a interagir com tolerância, empatia e responsabilidade e a argumentar, negociar e aceitar diferentes pontos de vista, desenvolvendo novas formas de estar, olhar e participar na sociedade.

Exemplos:

- Ações, dentro da sala de aula, de promoção da interação apropriada com os pares e com figuras de autoridade.
- Ações em cooperação com o SPO, ou outras equipas na escola, onde são trabalhadas as competências de relacionamento interpessoal: a interação com os outros em diferentes contextos sociais e emocionais; a gestão das emoções, a construção de relações, o estabelecimento de objetivos; a resposta a necessidades pessoais e sociais.
- Outras iniciativas realizadas pelos docentes, dentro e fora da sala de aula, que visam melhorar a relação do aluno com os outros.

5. A INTERVENÇÃO EM FOCO ACADÉMICO OU COMPORTAMENTAL EM PEQUENOS GRUPOS

A intervenção em pequenos grupos, sobretudo na sala de aula (ainda que possam ocorrer fora da sala) tem em vista o trabalho mais individualizado. Tem, sobretudo, carácter transitório, ainda que, por vezes, se justifique um trabalho mais prolongado.

a) Com foco académico:

- Intervenção do professor, com alguma sistematicidade, junto de um grupo selecionado de alunos, na sala de aula, para apoio mais individualizado;
- Apoio a uma disciplina, fora da sala de aula, em pequenos grupos (incluem-se aqui os grupos de apoio que a escola disponibiliza a Port., Mat., Ing. do 2º/3º ciclo; o apoio nas disciplinas de exame, etc.)
- Apoio mais individualizado, com alguma sistematicidade, a um grupo pequeno de alunos do apoio educativo no 1º ciclo ou do apoio ao estudo no 2º ciclo (facultativo mas recomendado pelo diretor/titular de turma nos casos em que a necessidade se verifique);

b) Com foco comportamental:

- Trabalho com um grupo selecionado de alunos, para desenvolvimento de competências de relacionamento ou de gestão emocional, na sala de aula (Cidadania e Desenvolvimento e Formação Cívica são espaços de privilegiados, mas poderão ocorrer noutras disciplinas).
- Trabalho, em pequenos grupos, com a psicóloga e/ou uma equipa de outros docentes e/ou de gabinete de apoio ao aluno, para desenvolver competências de auto-regulação de comportamentos.

MEDIDAS SELETIVAS

Estas medidas incluem práticas ou serviços dirigidos a alunos em situação de risco acrescido de insucesso escolar ou que evidenciam necessidades de suporte complementar, que não foram supridas pela aplicação de medidas universais.

A mobilização de medidas seletivas implica a elaboração do **Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)**, pela equipa multidisciplinar no prazo de máximo de **30 dias úteis** após a deliberação da equipa multidisciplinar. Este documento é submetido à aprovação dos pais e datado e assinado por estes e pelo aluno, se possível. Posteriormente deverá ser homologado pelo diretor, ouvido o Conselho Pedagógico.

A monitorização e avaliação da eficácia destas medidas é realizada pelos responsáveis da sua implementação, conforme o previsto no RTP.

Estas medidas podem ser implementadas em pequenos grupos e tendencialmente de curta duração.

1. Os percursos curriculares diferenciados

Correspondem a ofertas formativas que se disponibilizam de forma a promover a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória, como Percursos Curriculares Alternativos, os Programas Integrados de Educação e Formação.

2. As adaptações curriculares não significativas

São adaptações ao currículo que se realizavam, usualmente, para os alunos abrangidos pelo revogado Decreto-Lei nº3/2008, e que não comprometem as aprendizagens essenciais, nem as competências previstas no Perfil dos alunos, nem as aprendizagens previstas no perfil profissional dos cursos profissionais.

Devem ser elaborados ajustes às planificações das disciplinas onde se justifique e entregues para o processo do aluno e acompanhar o RTP.

As adaptações curriculares não significativas não comprometem as aprendizagens essenciais nem as competências previstas no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

3. O apoio psicopedagógico

O apoio psicopedagógico concretiza-se, preferencialmente de forma indireta, através da capacitação dos professores e outros agentes educativos, para que possam intervir na resolução de problemas comportamentais, para potenciarem a sua prática pedagógica e para desenvolverem nos alunos estratégias de autorregulação da aprendizagem, da tomada de decisão e da resolução de problemas. Tem como principal objetivo otimizar o processo de ensino e de aprendizagem e a aquisição de estratégias fundamentais para a performance académica.

A ponderação por esta modalidade de intervenção deverá considerar um conjunto de questões:

- Quais os objetivos do apoio psicopedagógico e como vão ser atingidos?
- Em que medida se enquadra no projeto de promoção do sucesso educativo da escola?
- Em que domínios vai incidir (comportamental, cognitivo, afetivo, socio relacional)?
- Qual a duração e a calendarização?
- Em que medida responde às expectativas e necessidades dos alunos e docentes?
- Como e quem identificou a necessidade de implementar a intervenção?
- Qual o carácter da intervenção (remediativo ou preventivo)?

4. A antecipação e o reforço das aprendizagens

São apoios específicos em diferentes áreas disciplinares para alunos que necessitam de um apoio mais personalizado, que até poderão beneficiar, cumulativamente, de adaptações não significativas ao currículo ou um percurso diferenciado ou de um apoio tutorial. Este apoio pode ocorrer dentro da sala de aula, prestado por outro docente, ou fora da sala de aula.

5. O apoio tutorial

Este apoio tutorial aplica-se aos alunos que necessitam de muita orientação e que já beneficiam de outras medidas seletivas, como, por exemplo, as adaptações curriculares não significativas ou outra.

Devem ser preenchidos os modelos fornecidos para o apoio tutorial.

MEDIDAS ADICIONAIS

As medidas adicionais têm como objetivo colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão, devendo ser explicitadas no RTP.

1. A frequência do ano de escolaridade por disciplinas
2. As adaptações curriculares significativas
3. O plano Individual de transição
4. O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado
5. O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social
6. A atribuição de produtos de apoio

A mobilização destas medidas só deve ser efetuada após a demonstração, fundamentada no RTP, da insuficiência das medidas universais e seletivas.

Sempre que sejam propostas adaptações curriculares significativas, ou seja, as que têm impacto nas competências e nas aprendizagens a desenvolver no quadro dos documentos curriculares em vigor, implicando a introdução de outras substitutivas, deve ser elaborado um Programa Educativo Individual (PEI).

Quando sejam aplicadas as medidas (i) adaptações ao processo de avaliação; (ii) desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e (iii) desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social deverá ser garantida uma resposta que complemente o trabalho realizado em sala de aula, no **centro de apoio à aprendizagem**.

Para os alunos que sejam propostas as medidas adicionais poderão ser mobilizadas, cumulativamente, medidas dos três níveis apresentados, ou ainda outras medidas de forma temporária.

OUTROS MEIOS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM

Para além das medidas universais, seletivas ou adicionais, existem outros meios de suporte à aprendizagem e inclusão:

As Adaptações ao Processo de Avaliação usadas no processo de ensino e aprendizagem permitem que haja equidade, porquanto devem ter por base as características de cada aluno em particular. Assim, **um aluno com uma necessidade específica, pode não precisar da mobilização de muitas estratégias no âmbito das medidas multinível, e tão somente de uma adaptação nos instrumentos de avaliação.**

As adaptações:

- a) devem ser decididas ouvindo também os alunos;
- b) devem permitir que o aluno evidencie os conhecimentos, capacidades e atitudes e competências técnicas, quando aplicável;
- c) devem ser coerentes com as usadas no processo de avaliação externa;
- d) uma nova adaptação não deve ser introduzida sem que o aluno já se encontre familiarizado com a mesma.
- e) a competência para aplicar/autorizar as adaptações no processo de avaliação externa:
 - no ensino básico são sempre a nível de escola, embora tenham de ser comunicadas ao JNE
 - no ensino secundário, umas são apenas comunicadas ao JNE (*utilização de produtos de apoio; saída da sala durante a realização da prova/exame; adaptação do espaço ou do material; intérprete de língua gestual portuguesa; consulta de dicionário de língua portuguesa; realização de provas adaptadas*) e outras é necessário requerer autorização ao JNE (*acompanhamento por um docente; instrumentos com critérios de classificação para alunos com dislexia; tempo suplementar; exame de PL2*)

Materializam-se na:

- a) Diversidade dos instrumentos de recolha de informação, tais como, inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio;
- b) Os enunciados em formatos acessíveis, nomeadamente braille, tabelas e mapas em relevo, Daisy, digital;
- c) A interpretação em LGP;
- d) A utilização de produtos de apoio, como o computador;
- e) O tempo suplementar para realização da prova;
- f) A transcrição das respostas;
- g) A leitura dos enunciados;
- h) A utilização de sala separada;
- i) As pausas vigiadas;
- j) O código de identificação de cores nos enunciados.

OUTROS RECURSOS E APOIOS DA ESCOLA

A escola dispõe de outros recursos que visam apoiar os alunos durante o seu processo de aprendizagem. Estes recursos podem ser, ou não, mobilizados em simultâneo com algumas das medidas multinível:

- Docentes de educação especial (acompanhamento direto ou indireto)
- Equipa multidisciplinar
- Acompanhamento psicológico (pelos serviços de psicologia da escola ou de instituições externas, como a CMB, GAAF, etc.)
- Apoios especializados em parceria com o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI): terapias (fala, ocupacional, psicomotricidade, psicólogo) e outros apoios a jovens com medidas adicionais (PIT), facilitando o acesso à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma
- Tecnologias de apoio (Centro de recursos de tecnologias de informação e comunicação (CRTIC))
- O Centro de apoio à aprendizagem (CAA) - estrutura de apoio da escola, agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola. Este serviço, no nosso agrupamento, engloba as bibliotecas e os espaços em todas as escolas onde se apoiam alunos, quer no apoio ao estudo/trabalho académico por docentes, quer em trabalho de tutoria (pares ou por professor), apoio por parte da educação especial ou psicologia/terapias, onde se trabalham competências sociais, de relacionamento com os outros ou de estratégias motivacionais, como as atividades de enriquecimento curricular, os clubes, o desporto, as iniciativas da SeguraNet, entre muitas outras iniciativas.
- Apoios à aprendizagem:
 - apoio ao estudo nas salas de estudo do CAA
 - apoio de PLNM;
 - apoio tutorial (esta tutoria é indicada para os alunos que necessitam de algum acompanhamento por parte do diretor de turma, que é geralmente quem dispõe destes tempos no horário, mesmo que o aluno não apresente 2 retenções e que, sem este apoio, dificilmente conseguem manter-se focados nos objetivos pessoais, académicos ou sociais.
- Assistente operacional (para auxílio na mobilidade ou outra circunstância);
- Equipa de intervenção precoce (ELI7 para o pré-escolar);
- Equipa de saúde (colaboração entre os centros de saúde e a escola/DT/educador/titular);
- CPCJ (colaboração entre as equipas da comissão e a escola/DT/educador/titular).

PROCEDIMENTOS INTERNOS

RESPONSÁVEIS

1. O educador/titular/diretor de turma é o coordenador da implementação das medidas, pelo que deve monitorizar a sua eficácia e responsabilizar todos os intervenientes.
2. Cada interveniente (docente de disciplina/área curricular, docente de educação especial, técnico especializado, psicóloga, tutor, ...) é responsável pela implementação das estratégias definidas para o seu âmbito de trabalho, numa lógica de procura da melhoria das aprendizagens e do bem-estar da criança/adolescente. Deve elaborar relatório ou texto para a ata periódica, conforme o caso, em momentos de balanço.

PROCESSOS DE MONITORIZAÇÃO DE MEDIDAS

As medidas implementadas pelos docentes durante o ano são avaliadas e monitorizadas por:

- a) Em primeiro lugar, continuamente pelo **próprio docente**, verificando a eficácia das mesmas e procedendo aos ajustes que considerar necessários;
- b) Pelo diretor de turma/educador/titular do 1º ciclo, numa lógica de período, registando em documento próprio todas as medidas, estratégias e recursos mobilizados e que fará parte do Plano de Turma/Grupo;
- c) Pelo conselho de docentes/turma, numa lógica de período. O grupo de docentes avalia os resultados e decide acerca dos ajustes a aplicar, se o caso assim o exigir. Os documentos de registo são:
 - a ata de conselho de turma/docentes;
 - o modelo de avaliação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e a devolver à EMAEI para monitorização periódica;

Para os alunos que, no âmbito das medidas universais, o conselho de turma/docentes considera terem sido mobilizadas várias estratégias/recursos de promoção do sucesso e que seja importante informar o encarregado de educação da situação, deverá ser registado a parte do texto da ata relativo ao aluno, no espaço destinado a Informação complementar, abaixo das avaliações.

Pelos coordenadores de diretores de turma/departamento do pré-escolar e do 1º ciclo, equipa multidisciplinar e equipa de auto-avaliação, no final de cada período, recorrendo a: pautas, atas e grelhas de registo de suportes à aprendizagem e inclusão, modelo individual de avaliação da eficácia das medidas (alunos com medidas seletivas e/ou adicionais).

PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEDIDAS

Os alunos para quem foram mobilizadas, repetida e sistematicamente, estratégias do âmbito das medidas universais e/ou outros recursos/apoios e, ainda assim, se revelaram insuficientes, porque se verifica um grande desfasamento em relação à aquisição de competências previstas nas Aprendizagens Essenciais, taxa elevada de insucesso ou, eventualmente risco de uma futura retenção, devem ser identificados ao diretor. Este toma conhecimento de uma nova situação de risco, e envia para a equipa multidisciplinar, para que seja elaborado um relatório técnico-pedagógico.

As evidências que poderão fundamentar a apresentação do caso ao diretor/EMAEI:

- registos de avaliação sumativa;
- trabalhos do aluno, testes, desenhos, registos áudio (por exemplo, de leituras);
- registo de assiduidade;
- relatório do educador/titular/diretor de turma;
- registo de ocorrências (pelo docente, assistente operacional ou outro);
- relatório médico ou de técnicos especializados;

- outros considerados pertinentes.

O processo (formulário + evidências) dá entrada nos serviços e é assinado pela pessoa responsável pela identificação (usualmente pelo educador/titular/diretor de turma, mas poderá ser também por iniciativa dos pais/EE ou dos serviços de intervenção precoce ou outros docentes/técnicos.

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR

Em cada escola é constituída uma equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva. Esta equipa tem elementos permanentes e elementos variáveis.

Cabe ao diretor designar os elementos permanentes, o coordenador e o local de funcionamento.

Os elementos permanentes podem ser reforçados de acordo com as necessidades da escola.

Esta equipa tem regulamento interno próprio com todas as informações.

O coordenador da equipa multidisciplinar tem que:

- Identificar os elementos variáveis da equipa;
- convocar os membros da equipa para as reuniões;
- dirigir os trabalhos;
- adotar os procedimentos necessários de modo a garantir a participação dos pais ou encarregados de educação.

COMPETÊNCIAS DA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR
- Conduzir o processo de avaliação de necessidades educativas.
- Identificar/propor as medidas de suporte a mobilizar para responder a necessidades educativas.
- Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas.
- Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva.
- Elaborar o relatório técnico-pedagógico previsto no artigo 21º e, se aplicável, o programa educativo individual e o plano individual de transição previstos.
- Acompanhar o funcionamento do centro de apoio à aprendizagem.
- Acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

Uma das competências da equipa multidisciplinar é a elaboração do RTP que fundamenta a mobilização de medidas seletivas e/ou adicionais. Neste processo, a equipa multidisciplinar deve ouvir os pais assim como solicitar a colaboração de outros elementos da escola ou da comunidade, que possam contribuir para um melhor conhecimento do aluno e dos contextos. A referida equipa deve concluir o RTP num prazo máximo de 30 dias úteis após a identificação das necessidades educativas.

Da mesma forma, cabe à equipa multidisciplinar elaborar o PEI e o PIT, cumprindo os prazos definidos na legislação.

RECURSOS HUMANOS

De acordo com o artigo 11º do Decreto-lei 54/2018, de 6 de julho, são recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão:

- a) Os docentes de educação especial;
- b) Os técnicos especializados;
- c) Os assistentes operacionais.

O **docente de educação especial**, no âmbito da sua especialidade, enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação apoia, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão. docente de educação especial.

RECURSOS ORGANIZACIONAIS

São recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão:

- a) A equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva;
- b) O centro de apoio à aprendizagem;
- c) As escolas de referência no domínio da visão;
- d) As escolas de referência para a educação bilingue;
- e) As escolas de referência para a intervenção precoce na infância;
- f) Os centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial.

RECURSOS ESPECÍFICOS

São recursos específicos existentes na comunidade a mobilizar para apoio à aprendizagem e à inclusão:

- a) As equipas locais de intervenção precoce;
- b) As equipas de saúde escolar aos ACES/ULS;
- c) As comissões de proteção de crianças e jovens;
- d) Os centros de recursos para a inclusão;
- e) As instituições da comunidade, nomeadamente os serviços de atendimento e acompanhamento social do sistema de solidariedade e segurança social, os serviços do emprego e formação profissional e os serviços da administração local;
- f) Os estabelecimentos de educação especial com acordo de cooperação com o Ministério da educação.

RELATÓRIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

É o documento que sustenta a tomada de decisões relativamente à necessidade de mobilização de medidas **seletivas** e / ou **adicionais** de suporte à aprendizagem e à inclusão.

A elaboração deste relatório é da responsabilidade da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, que faz uma análise das evidências recolhidas e ouve os pais e outros elementos da escola ou da comunidade que possam contribuir para um melhor conhecimento do aluno.

Como o RTP fundamenta e define a intervenção e as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão a implementar é essencial que seja assente em evidências.

Este documento acompanha a criança ou o aluno em caso de mudança de escola.

Prazos a ter em conta no processo de elaboração do Relatório Técnico-Pedagógico	
Ações	PRAZOS
O diretor da escola solicita à equipa multidisciplinar a elaboração do relatório técnico-pedagógico, após a identificação da necessidade de medidas seletivas e/ou adicionais de apoio à aprendizagem e à inclusão.	3 DIAS ÚTEIS
Conclusão do relatório técnico-pedagógico, após a identificação das medidas de suporte à aprendizagem.	30 DIAS ÚTEIS
O relatório técnico-pedagógico é submetido à aprovação dos pais, datado e assinado por estes e, sempre que possível, pelo próprio aluno.	5 DIAS ÚTEIS
Homologação do relatório técnico-pedagógico pelo diretor da escola, ouvido o conselho pedagógico.	10 DIAS ÚTEIS

Elementos a incluir no RTP
Identificação dos fatores que facilitam e que dificultam o progresso e o desenvolvimento das aprendizagens do aluno, nomeadamente, fatores da escola, do contexto e individuais do aluno.
Identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão a mobilizar.
Operacionalização de cada medida, incluindo objetivos, metas e indicadores de resultados.
Identificação do(s) responsável(eis) pela implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e do respetivo coordenador.
Procedimentos de avaliação da eficácia de cada medida de suporte à aprendizagem e à inclusão.
Momentos intercalares de avaliação da eficácia das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (quando propostas).
Procedimentos de articulação com os recursos específicos de apoio à inclusão definidos no artigo 11º.
Concordância expressa dos pais.

PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (PEI)

Este documento é essencial para a operacionalização das adaptações curriculares significativas. A sua elaboração deve considerar as competências e as aprendizagens a desenvolver pelos alunos, a identificação das estratégias de ensino e as adaptações a efetuar no processo de avaliação, bem como outros dados importantes para a implementação das medidas.

O PEI contém a identificação e a operacionalização das adaptações curriculares significativas e integra as competências e as aprendizagens a desenvolver pelos alunos, a identificação das estratégias de ensino e das adaptações a efetuar no processo de avaliação.

O PEI deve conter os seguintes elementos:

- O total de horas letivas do aluno, de acordo com o respetivo nível de educação ou de ensino;
- Os produtos de apoio, sempre que sejam adequados e necessários para o acesso e participação no currículo;
- As estratégias para a transição entre ciclos e níveis de educação e ensino, quando aplicável.

Uma das competências da equipa multidisciplinar é a elaboração do RTP que fundamenta a mobilização de medidas seletivas e/ou adicionais. Neste processo, a equipa multidisciplinar deve ouvir os pais assim como solicitar a colaboração de outros elementos da escola ou da comunidade, que possam contribuir para um melhor conhecimento do aluno e dos contextos. A referida equipa deve concluir o RTP num prazo máximo de 30 dias úteis após a identificação das necessidades educativas.

Da mesma forma, cabe à equipa multidisciplinar elaborar o PEI e o PIT, cumprindo os prazos definidos na legislação.

LEGISLAÇÃO/REFERENCIAIS

- Perfil do Aluno à saída da escolaridade obrigatória
- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
- Aprendizagens Essenciais do Ensino Básico e Secundário
- Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico
- Aprendizagens Essenciais – Ensino Secundário
- Currículo Nacional – Decreto-Lei 139/2012
- Currículo Nacional - Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de Julho (estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens)
- Portaria nº 223-A/2018 (regulamenta as ofertas educativas do ensino básico e a avaliação e certificação das aprendizagens)
- Portaria n.º 226-A/2018 (regulamenta os cursos científico-humanísticos e a avaliação e certificação das aprendizagens)
- Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho
- Lei 116/2019, 13 de setembro

ACOMODAÇÕES

Ambientais	Organizacionais	Motivacionais	Apresentação	Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de gráficos • Trabalho de pares • Organização de pequenos grupos • Utilização de computadores • Utilização de espaços exteriores • Oportunidade para se movimentar na sala de aula • Utilização de exemplos com imagens da vida real • Espaço na sala para trabalhos práticos • Organização de grupos flexíveis • Organização de locais para tarefas específicas • Estar perto/longe de distrações • Trabalhos de casa que envolvam a família • Utilização de secretárias amovíveis • Organização dos espaços de forma a possuir visibilidade, acessibilidade e permitir movimentação de todos 	<ul style="list-style-type: none"> • Códigos de cores • Rótulos • Pistas através de imagens • Numeração sequencial de passos a percorrer • Caixa para guardar materiais • Rotinas de aprendizagem • Organizadores gráficos para a escrita • Lembretes diários • Calendários com datas importantes assinaladas • Uso de gráficos e outras formas de organizar o que os alunos aprenderam • Ensino da gestão de tempo • Ensino de métodos de estudo • Ensino de como tirar notas • Desenvolvimento de capacidades de autodeterminação e competências de comunicação • Estratégias de resolução de conflitos • Indicação clara de transição de assuntos 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de situações da vida real • Estabelecer <i>links</i> entre a tarefa e a experiência do aluno • Uso de materiais concretos • Visitas de estudo • Reforço positivo • Privilégios/recompensas • Uso de materiais de aprendizagem diversos • Trabalho a pares • Sessão de treino para os testes • Uso de tecnologia • Uso de gráficos e outros métodos para organizar o que os alunos aprendem • Uso do humor • Organizar um programa de “colega de estudo” • Comunicar frequentemente ao aluno o reconhecimento pelo seu esforço • Uso de sinais para ajudar o aluno a permanecer na tarefa (pistas privadas); • Reforço diário • Aconselhamento • Desenvolvimento cooperativo de comportamentos e rotinas em sala de aula • Uso consistente de rotinas da sala de aula • Resposta consistente e regular aos comportamentos inapropriados • Uso de linguagem inclusiva e de incentivo ao sucesso do grupo 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão e repetição • Ensino em pequenos grupos • Verificação regular da compreensão de conteúdos e instruções • Apresentação oral e visual • Uso de tecnologia • Códigos de cores • Dar tempo aos alunos para pensar • Providenciar um ensino cinestésico • Apresentação faseada de novos conceitos • Alternativas para formato de pergunta/ resposta • Dar exemplos • Sugerir mnemónicas • Uso de rimas, música • Uso de tamanho de letra grande; papel colorido; divisão da página em secções devidamente marcadas; eliminação de elementos distrativos da folha; uso de amplos espaços em branco 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de pistas visuais • Uso de dicionários • Lembretes de regras • Uso de exemplos da vida real • Debates/<i>brainstorming</i> • Tempo disponibilizado • Grupos cooperativos • Uso da tecnologia • Uso de um quadro com vocabulário • Ensino de verificação ortográfica, nomeadamente através da soletração • Uso de vocabulário previamente ensinado • Provas orais • Materiais de leitura gravados em áudio • Leituras curtas • Uso de exemplos concretos ou suportes visuais no ensino de conceitos abstratos • Uso de notas fotocopiadas • Técnicas de avaliação variadas: escolha múltipla, respostas curtas, preenchimento de espaços em branco, correspondência, etc. • Uso frequente de questionários curtos • Permissão de pausas durante um teste • Realização de testes sem limite de tempo • Fazer revisões utilizando questões semelhantes às dos testes • Possibilitar testes orais • Permitir o Uso do processador de texto • Permitir o Uso da calculadora • Fornecer testes em formato ampliado • Realizar testes com consulta do livro • Realizar o teste em sala à parte • Fornecer folha de resposta de acordo com a disciplina (ex.: papel quadriculado para matemática) • Fornecer testes/exames em formatos alternativos. Ex.: áudio, Braille, etc.

		Acomodações Curriculares (Informação/Documentação)	Nomes dos alunos					
		Professor /a: _____ Turma/Disciplina: _____ Data: _____						
Localização o na sala de aula	1. Sente o aluno de frente para o quadro							
	2. Sente o aluno perto do professor/apresentação							
	3. Fique de pé junto ao aluno quando está a dar orientações/ apresentação							
	4. Sente o aluno junto de um colega modelo positivo							
Apresentação do conteúdo	1. Faculte pistas visuais/gráficos/pré e pós organizadores							
	2. Assegure-se que as orientações são compreendidas							
	3. Faculte exemplo do produto final							
	4. Faculte esboços escritos/notas orientadoras/notas impressas							
	5. Segmente apresentações longas							
	6. Ensine através de abordagens multissensoriais/manipulativas							
	7. Verifique oralmente a compreensão dos pontos-chave							
	8. Escreva os pontos-chave no quadro							
	9. Faculte tempo para responder a perguntas							
	10. Ensine o vocabulário previamente							
	11. Modele/demonstre/simule conceitos							
	12. Use o computador para apoiar o ensino							
Tarefas e fichas de trabalho	1. Faculte pistas visuais/gráficos/pré e pós organizadores							
	2. Assegure-se que as orientações são compreendidas							
	3. Faculte exemplo do produto final							
	4. Faculte esboços escritos/notas orientadoras/notas impressas							
	5. Segmente apresentações longas							
	6. Ensine através de abordagens multissensoriais/manipulativas							
	7. Verifique oralmente a compreensão dos pontos-chave							
	8. Escreva os pontos-chave no quadro							
	9. Faculte tempo para responder a perguntas							
	10. Ensine o vocabulário previamente							
	11. Modele/demonstre/simule conceitos							
	12. Use o computador para apoiar o ensino							
Testes	1. Permita a consulta de apontamentos/notas							
	2. Use preferencialmente itens de escolha múltipla							
	3. Permita aos alunos responder através de um gravador							
	4. Utilize testes curtos em vez de longos							
	5. Use testes orais							
	6. Permita aos alunos escrever na folha de teste							
	7. Permita tempo extra no teste							
	8. Permita a realização do teste em outro local							
	9. Permita a realização do teste num outro horário (flexibilização)							
	10. Faculte o teste em outro formato							
	11. Permita que o aluno responda através de computador							
	12. Permita a transcrição do teste							
Competências organizativas	1. Treine competências organizativas							
	2. Utilize um bloco de notas com as tarefas e trabalhos de casa/planeamento							
	3. Permita pausas em tarefas longas							
Comportamento	1. Utilize estratégias de autodeterminação							
	2. Utilize regras simples e claras							
	3. Assinale as respostas certas, não as erradas							
	4. Implemente um sistema de gestão de comportamento							
	5. Permita saídas/entradas da sala de aula/pequenas pausas							
	6. Utilize semanalmente instrumentos para registo do comportamento							

